

períodos de permanência, as actividades relevantes e a participação em grupos de trabalho, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração, as datas de realização e as entidades promotoras);

b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;

c) Fotocópias dos certificados das acções de formação profissional;

d) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), emitida pelo serviço de origem a que pertence, que comprova, de maneira inequívoca, a categoria de que o candidato é titular, a existência e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho nos anos relevantes para efeitos de concurso;

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

11 — Aos candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, cabendo à Secção de Pessoal a sua remessa oficiosa ao júri do concurso.

12 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão determina a exclusão do concurso.

13 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Repartição de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

14 — Composição do júri:

Presidente: Isabel Maria Carvalho Coutinho — Assessora Principal.

Vogais Efectivos:

Teresa Maria dos Santos Silva Martins, assessora principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Maria Teresa Rebelo Teixeira, assessora principal.

Vogais suplentes:

Carlos Manuel Gomes Cândido, assessor;

Isabel Maria Caré Baptista Viegas, assessora principal.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

25 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Despacho n.º 6662/2008

1 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo, deogo, nos funcionários, Contra-Almirante Mário do Carmo Durão, coordenador do grupo executivo da Comissão de Políticas e Auditoria do Sistema de Informação da Defesa Nacional, Tenente Coronel Paulo Jorge Ramos Cecília Farrajota Ralheta e Isabel Maria da Silva Carvalho Coutinho, coordenadora do Centro de Documentação e Informação, competência para a prática dos seguintes actos:

a) Justificar ou injustificar faltas aos funcionários na sua dependência, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

b) Autorizar os funcionários na sua dependência a ausentar-se, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do regulamento do horário de trabalho do pessoal da Secretaria-Geral, aprovado pelo Despacho n.º 25 368/2006, de 10 de Outubro;

c) Autorizar as dispensas do serviço, aos funcionários na sua dependência, ao abrigo do n.º 4 do artigo 11.º do regulamento do horário de trabalho do pessoal da Secretaria-Geral, aprovado pelo Despacho n.º 25 368/2006, de 10 de Outubro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

15 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 6663/2008

1. Por despacho de 28 de Janeiro de 2008 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República* — 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o CAP ENGAER 112090-F Carlos Manuel Baptista Pereira da Silva, por um período de vinte e um (21) dias, com início em 08Fev08, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 3 — Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

19 de Fevereiro de 2008. — O Subdirector-Geral, *Mário Rui Correia Gomes*.

Despacho (extracto) n.º 6664/2008

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2008 do Director-Geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República* — 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, foi prorrogada por um período de cento e oitenta (180) dias, com início em 09Abr08, a comissão do Capitão-de-Fragata SEC 248269 Daniel Pires Ramos, no desempenho das funções de Assessor Técnico do Projecto n.º 8 — Marinha de Guerra Angolana, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

22 de Fevereiro de 2008. — O Subdirector-Geral, *Mário Rui Correia Gomes*.

Inspecção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 6665/2008

Teresa Margarida Santos de Sousa Cardoso, assistente administrativo especialista, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Jogos, é nomeada mediante concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269 do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Defesa Nacional, ficando exonerada do lugar de origem.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

15 de Fevereiro de 2008. — O Inspector-Geral, *Rogério Pereira Rodrigues*.

Despacho n.º 6666/2008

Ana Sofia da Rocha Portugal Santos Rato, Assistente Administrativa Principal, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Defesa Nacional é nomeada mediante concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269, do mesmo quadro, ficando exonerado do lugar que vem ocupando.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

15 de Fevereiro de 2008. — O Inspector-Geral, *Rogério Pereira Rodrigues*.

Despacho n.º 6667/2008

Alcina Moreira Costa Lopes Parreira, assistente administrativo principal, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Defesa Nacional é nomeada mediante concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269, do mesmo quadro, ficando exonerado do lugar que vem ocupando. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

15 de Fevereiro de 2008. — O Inspector-Geral, *Rogério Pereira Rodrigues*.